

Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas

SEFAZ-AL

Auditor Fiscal da Receita Estadual

Volume I

NB048-N9-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas

Auditor Fiscal da Receita do Estado

EDITAL Nº 1 – SEFAZ/AL, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi
Direito Constitucional - Profº Rodrigo Gonçalves e Ricardo Razaboni
Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso
Direito Civil - Profª Mariela Cardoso
Direito Penal - Profº Ricardo Razaboni
Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso e Roberta Serafim
Contabilidade Geral - Profª Tatiana Carvalho
Contabilidade de Custos - Profª Tatiana Carvalho
Economia - Profª Tatiana Carvalho
Tecnologia da Informação - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto
Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierigatti e Joao de Sá Brasil
Legislação Tributária - Profª Mariela Cardoso
Auditoria Fiscal - Profº Evandro Muzzi

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Christine Liber
Leandro Filho
Robson Silva

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela
Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	01
Domínio da ortografia oficial.....	07
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	13
Emprego de tempos e modos verbais. Domínio da estrutura morfossintática do período. Emprego das classes de palavras.....	15
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	53
Emprego dos sinais de pontuação.....	62
Concordância verbal e nominal.....	65
Regência verbal e nominal.....	72
Emprego do sinal indicativo de crase.....	77
Colocação dos pronomes átonos.....	80
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	81

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública. Conceitos.....	01
Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.....	02
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa.....	04
Agentes públicos. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar.....	10
Lei nº 5.247/1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais).....	14
Poderes da administração pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso de poder.....	14
Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	21
Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso.....	24
Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios.....	27
Organização administrativa. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.....	31
Controle da administração pública. Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo.....	38
Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa).....	46
Lei nº 9.784/199 (processo administrativo).....	57
Licitações e contratos administrativos. Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao prego.....	67

SUMÁRIO

Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços).....	77
Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).....	83
Decreto nº 6.170/2007. Fundamentos constitucionais.....	84
Lei nº 13.019/2014.....	90

DIREITO CONSTITUCIONAL

Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas.....	01
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais...	05
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.....	14
Poder Executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República.....	21
Poder Legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo.....	24
Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	32
Comissões parlamentares de inquérito.....	33
Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder Judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Funções essenciais à justiça.....	35
Constituição do Estado de Alagoa.....	52

DIREITO EMPRESARIAL

Empresário: caracterização, inscrição, capacidade.....	01
Empresa individual de responsabilidade limitada.....	03
Sociedade. Empresária e simples. Sociedade não personificada; sociedade personificada; espécies.....	05
Lei nº 6.404/1976 (Sociedade Anônima).....	16
Estabelecimento. Disposições gerais; registro; nome empresarial; prepostos. Escrituração.....	25
Liquidação da sociedade; transformação; incorporação; fusão; cisão.....	35
Órgãos sociais; responsabilidade dos sócios; responsabilidade dos administradores. Desconsideração da personalidade jurídica.....	39
Sociedades coligadas, controladoras e controladas; grupo de sociedades; consórcio; sociedade cooperativa; empresa de pequeno porte e microempresa.....	39
Sociedade nacional; sociedade estrangeira.....	49
Contratos e obrigações mercantis. Regras e princípios gerais; compra e venda mercantil; transporte.....	52
Títulos de crédito. Regras e princípios gerais; requisitos; classificação; exceções oponíveis e inoponíveis ao portador; nota promissória; letra de câmbio; duplicata; cheque.....	59
Falência e recuperação judicial (Lei nº 11.101/2005). Regras e princípios gerais; caracterização e decretação da falência; efeitos da decretação da falência; administração da falência; declaração, verificação e classificação dos créditos; liquidação; extinção das obrigações; crimes falimentares.....	63
O comércio eletrônico.....	66

SUMÁRIO

DIREITO CIVIL

A Lei: vigência no tempo e no espaço.....	01
Sujeitos do Direito: pessoas naturais, pessoas jurídicas; personalidade; capacidade das pessoas naturais e das pessoas jurídicas.....	08
Domicílio.....	20
Objeto do Direito: bens; divisão e espécie de bens.....	22
Fatos jurídicos. Negócios jurídicos. Validade e defeitos. Nulidade. Atos jurídicos. Atos ilícitos, exclusão da ilicitude, abuso do direito.....	23
Prescrição e decadência: conceitos.....	34
Direitos reais e obrigacionais: conceito; natureza; distinção.....	36
Propriedade: conceito; noções gerais; aquisição, perda; restrições ao direito de propriedade; condomínio.....	47
Posse: conceito; classificação; aquisição; perda; efeitos da posse; posse e detenção.....	64
Obrigações. Direitos reais, direitos pessoais; obrigações de dar, de fazer, de não fazer; obrigações decorrentes de atos ilícitos; solidariedade, indivisibilidade, inexecução; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção...	68
Direito das Coisas: da posse, dos direitos reais, da propriedade, da superfície, das servidões, do usufruto, do direito do promitente comprador.....	84
Contratos: conceito, classificação; formação; efeitos; revisão; extinção; contrato, pré-contrato e negociações preliminares; compra e venda; troca ou permuta; doação; empréstimo; prestação de serviço; empreitada; depósito; mandato, fiança e aval; sociedade; parceria rural; transporte.	84
Alienação fiduciária em garantia. Cooperativas: conceito; natureza; regime jurídico; atos cooperativos, operações de mercado.....	105
Casamento: regime de bens; dissolução da sociedade conjugal.....	107
Sucessão legítima: ordem de vocação hereditária; herdeiros legítimos, necessários; direito de representação. Sucessão testamentária: noções; testamento público; particular; capacidade para testar; usufruto; revogação dos testamentos. Herança: noções; aceitação; desistência; exclusão.....	113
Inventário e partilha.	120

Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas

SEFAZ-AL

Auditor Fiscal da Receita Estadual

Volume II

NB048-N9-B

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas

Auditor Fiscal da Receita do Estado

EDITAL Nº 1 – SEFAZ/AL, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi
Direito Constitucional - Profº Rodrigo Gonçalves e Ricardo Razaboni
Direito Empresarial - Profª Mariela Cardoso
Direito Civil - Profª Mariela Cardoso
Direito Penal - Profº Ricardo Razaboni
Direito Tributário - Profª Mariela Cardoso e Roberta Serafim
Contabilidade Geral - Profª Tatiana Carvalho
Contabilidade de Custos - Profª Tatiana Carvalho
Economia - Profª Tatiana Carvalho
Tecnologia da Informação - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto
Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierigatti e Joao de Sá Brasil
Legislação Tributária - Profª Mariela Cardoso
Auditoria Fiscal - Profº Evandro Muzzi

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Christine Liber
Leandro Filho
Robson Silva

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela
Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

DIREITO PENAL

Aplicação da lei penal. Crime.....	01
Dolo e culpa.....	07
Crimes contra a fé pública. Falsidade de títulos e outros papéis públicos; falsidade documental; fraudes em certames de interesse público.....	11
Crimes contra a Administração Pública. Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a administração em geral.....	13
Lei nº 8.137/1990 (crimes contra a ordem tributária).....	20
Lei nº 10.028/2000 (crimes contra as finanças públicas).....	25
Infração administrativa.....	26

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributo. Conceito e classificação (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas).....	01
Normas gerais de direito tributário. Legislação tributária (Constituição, emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções do Senado Federal, decretos e normas complementares); vigência e aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária.....	04
Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.....	07
Responsabilidade tributária. Conceito; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.....	11
Crédito tributário. Conceito; constituição; lançamento (modalidades de lançamento; hipótese de alteração do lançamento); suspensão da exigibilidade; extinção; exclusão; garantias e privilégios do crédito tributário.....	13
Administração tributária. Características, prerrogativas, fiscalização; dívida ativa; certidões negativas.....	18
Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais; regime especial de tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006); limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas); tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário); tributos de competência dos Municípios e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública); repartição das receitas tributárias.....	20
ICMS nas operações interestaduais e nas exportações e importações (Lei Complementar nº 87/1996).....	30
Convênios para a concessão de isenções de ICMS (Lei Complementar nº 24/1975).....	32
Lei Complementar nº 116/2003 (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.).....	34
Lei Complementar nº 160/2017 (Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais).....	40

SUMÁRIO

CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.....	01
Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG).....	02
Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura: Atos e fatos administrativos.....	06
Livros contábeis e fiscais obrigatórios e documentação contábil.....	07
Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.....	08
Apuração dos resultados.....	08
Regimes de apuração. Caixa e competência.....	09
Escrituração contábil. Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado.....	10
Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.....	12
Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.....	18
Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.....	23
Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.....	23
Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.....	25
Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.....	26

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos.....	01
Conceitos e classificação dos custos.....	01
Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos.....	03
Departamentalização. Conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto.....	03
Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção.....	04
Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos.....	04
Utilização de equivalentes de produção.....	05
Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.....	06
Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.....	08
Formas de controle dos custos.....	09
Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações.....	09
Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação.....	10
Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação.....	11
Análise do custo × volume × lucro.....	12
Variações do ponto de equilíbrio.....	12
Grau de alavancagem operacional.....	13
Margem de segurança.....	14

SUMÁRIO

ECONOMIA

Introdução geral aos problemas econômicos. Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento.....	01
Microeconomia. Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado.....	02
Macroeconomia. As contas nacionais; conceitos de produto e de renda; os agregados macroeconômicos; renda e produto de equilíbrio; consumo, poupança e investimento; o multiplicador; o setor governo e a política fiscal; déficits e dívida pública; políticas de estabilização.....	05
Moeda e crédito. Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional.....	08
Comércio exterior. Balanço de Pagamentos. Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis.....	11

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gerência de Projetos. Conceitos. Processos do PMBOK. Gestão de Processos de Negócio. Modelagem de processos. Técnicas de análise e modelagem de processo. BPM (Business Process Modeling). Gerência de Serviços de TI. Fundamentos da ITIL® (Versão 3). Fundamentos de COBIT (Versão 5).....	01
Banco de dados. Conceitos. Modelagem de dados relacional. Modelagem de dados multidimensional. Conceitos e estratégias de implantação de Data Warehouse, OLAP, Data Mining, ETL e Business Intelligence.....	29
Segurança da informação. Conceitos básicos. Plano de continuidade de negócio. Noções sobre criptografia, assinatura digital e autenticação. Certificação digital. Auditoria, vulnerabilidade e conformidade.....	100

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	01
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.....	32

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Lei nº 5.077/1989 (Código Tributário do Estado de Alagoas).....	01
Lei nº 5.900/1996 (Lei do ICMS).....	06
Lei nº 6.555/2004 (Lei do IPVA).....	13
Lei nº 5.077/1986 (Lei do ITCD).....	17
Lei nº 6.771/2006 (Lei do PAT).....	19
Lei nº 6.558/2004 (Lei do FECOEP).....	25
Lei nº 6.474/2004.....	26
Lei nº 7.734/2015.....	27
Lei nº 8.085/2018.....	27

SUMÁRIO

AUDITORIA FISCAL

Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA e NBC PA.....	01
Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009.....	01
Testes de Observância. Testes substantivos. Testes para subavaliação e testes para superavaliação.....	03
Evidências de auditoria.....	04
Procedimentos de auditoria.....	03
Identificação de fraudes na escrita contábil.....	13
Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria.....	15
Auditoria no ativo circulante. Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa. Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais.....	16
Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.....	17
Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário. Baixa fictícia de títulos não recebidos. Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas.....	30
Auditoria no ativo não circulante. Superavaliação na formação dos custos de estoque.....	32
Auditoria no ativo realizável a longo prazo. Identificação de origens de recursos fictícias.....	35
Auditoria em investimentos.....	35
Auditoria no ativo imobilizado. Ativos ocultos.....	37
Alienação fictícia de bens.....	37
Auditoria no ativo intangível.....	37
Auditoria no passivo circulante. Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo.....	37
Passivos fictícios. Identificação de passivos já pagos e não baixados.....	38
Auditoria no passivo não circulante.....	38
Auditoria no patrimônio líquido. Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros. Contabilização de reservas. Subvenções.....	38
Auditoria em contas de resultado.....	46
Registro de receitas e despesas. Ocultação de receitas. Superavaliação de custos e despesas. Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal.....	51
Auditoria na escrita fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe). Testes de auditoria nos registros da NFe e nos registros de entradas, saídas, inventário, apuração do ICMS, da produção e do estoque e do documento controle de crédito de ICMS do ativo permanente (CIAP), modelos “C” ou “D” (ajuste SINIEF 2/2010).....	52
Identificação das principais divergências fiscais, utilizando conhecimento em sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD) e nos leiautes da EFD e da NFe: crédito de ICMS sobre aquisições para uso e consumo, ativo imobilizado ou submetidas a saídas isentas e não tributadas. Crédito de ICMS em valor superior ao permitido pela legislação tributária. Verificação da alíquota ou base de cálculo utilizada pelo contribuinte com aquelas previstas na legislação tributária. Cotejamento do ICMS devido nas operações submetidas à substituição tributária e o declarado no documento fiscal.....	55
Auditoria em operações de importação.....	75
Lei Complementar nº 105/2001 (dispõe sobre sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências).....	76

ÍNDICE

CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.....	01
Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG).....	02
Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura: Atos e fatos administrativos.....	06
Livros contábeis e fiscais obrigatórios e documentação contábil.....	07
Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.....	08
Apuração dos resultados.....	08
Regimes de apuração. Caixa e competência.....	09
Escrituração contábil. Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado.....	10
Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.....	12
Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.....	18
Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.....	23
Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.....	23
Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.....	25
Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.....	26

CONCEITO, OBJETO, OBJETIVOS, CAMPO DE ATUAÇÃO E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Conceito

Contabilidade é a ciência social que estuda o patrimônio de uma entidade, observando seus aspectos quantitativos e qualitativos e suas variações no decorrer do tempo.

Como ciência social, a Contabilidade pode ter seus métodos de captar, registrar, acumular, resumir e interpretar aplicados nas pessoas físicas ou jurídicas, possuidoras ou não de finalidades lucrativas.

Todas essas informações são úteis para a tomada de decisões, dentro e fora do ambiente da empresa. Através de relatórios gerados pela Contabilidade, esses dados são entregues ao seu público de interesse.

Objeto

O Objeto de estudo da Contabilidade é o Patrimônio, que é o conjunto de Bens, Direitos, e Obrigações vinculadas a uma pessoa física ou jurídica. É o elemento sobre o qual se realizarão as funções contábeis.

Sobre este composto de valores, a Contabilidade atuará, acompanhando sua evolução suas variações e os efeitos das ações administrativas. Já, sobre o Patrimônio, a Contabilidade estudará os aspectos econômicos ou qualitativos (natureza) e os aspectos estatísticos ou quantitativos (valor).

Objetivos

O Objetivo da Contabilidade é fornecer a seus usuários o máximo possível de informações atualizadas sobre o patrimônio da empresa e suas alterações.

Existem dois grupos para os quais a Contabilidade é muito útil: um que se interessa pelo seu desempenho financeiro e outro que verifica questões ligadas ao fisco.

Campo de atuação

Devido a finalidade do trabalho do profissional de Contabilidade, instrumento imprescindível para combater a fraude; há uma ampla área de oportunidades tanto no cenário público, como no privado, atuando nos níveis operacionais, táticos e estratégicos das organizações.

Assim, sua atividade pode ser praticada com pessoas físicas, jurídicas, entidades sem fins lucrativos, também no Direito Público, tais como, Municípios, Estados, União, Autarquia, etc.

Usuários da informação contábil

A Contabilidade deve estar em condições de oferecer informações a vários grupos de pessoas cujos interesses são distintos e que podem ser internos ou externos ao ambiente em que ocorre:

Sócios, acionistas e proprietários de quotas e ações - são pessoas nem sempre presentes no quadro interno da empresa, interessadas no retorno financeiro de seus investimentos.

Administradores, diretores, executivos, etc. - são os agentes responsáveis pelas decisões tomadas dentro de cada entidade pertencente; principalmente sobre ações do futuro; mas também para entender o cenário interno atual.

Bancos, capitalistas, emprestadores de capital, etc. - são pessoas interessadas na rentabilidade e segurança do retorno de seus investimentos. Utilizam as informações contábeis para ter saber se a empresa oferece risco atual ou futuro.

Pessoas físicas - parte da sociedade que utiliza o trabalho dos profissionais de Contabilidade para organizar e equilibrar orçamentos domésticos, prestar informações ao FISCO, através da realização do IRPF.

Governo - interessado nas informações de pessoas jurídicas e físicas, com a intenção de aumentar sua receita, por meio da correta arrecadação tributária.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERIOR – CESPE – 2018) Considerando que a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais sob o aspecto da finalidade organizacional, julgue o item a seguir, no que se refere a conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade.

A contabilidade integra o rol das ciências exatas por estar dedicada à mensuração da riqueza do ente contábil.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado.. A Contabilidade não é uma ciência exata, mas sim, uma ciência social, pois as modificações patrimoniais são resultados da ação humana, ainda que use de métodos quantitativos como ferramentas.

2. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERIOR – CESPE – 2018) Considerando que a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais sob o aspecto da finalidade organizacional, julgue o item a seguir, no que se refere a conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade.

Para o estudo da contabilidade, patrimônio é a diferença entre ativos e passivos detidos pelas entidades.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado.. A diferença entre ativos e passivos é o Patrimônio Líquido. Neste caso, Patrimônio é o conjunto de Bens, Direitos e obrigações.

3. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERIOR – CESPE – 2018) Considerando que a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais sob o aspecto da finalidade organizacional, julgue o item a seguir, no que se refere a conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade.

Sob a ótica citada, o objeto da contabilidade é o patrimônio do ente contábil específico.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. Na Contabilidade, o objeto é sempre o patrimônio de uma entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro.

4. (POLÍCIA FEDERAL – PERITO CRIMINAL FEDERAL – ÁREA 1 – SUPERIOR – CESPE – 2018) A respeito da contabilidade geral, julgue o item a seguir.

A contabilidade teórica consiste no registro das operações de determinada entidade em livros mantidos para essa finalidade.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Esse é o conceito da contabilidade prática. A contabilidade teórica tem como finalidade estabelecer as regras e princípios que devem ser seguidos pelos profissionais da área contábil.

PRINCÍPIOS E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE GERAL (NBC TG).

O CFC revogou em 04/10/2016 as Resoluções nº 750/93 e nº 1.282/10, ambas estabeleciam os Princípios Contábeis. A revogação ocorreu de acordo com a edição da NBC TSP - EC, que são as novas Normas Brasileiras de Contabilidade para o Setor Público - Estrutura Conceitual.

Além do CFC, também participaram da edição destas Normas, O STN, o TCU e as diversas unidades do TCE.

Porém, em termos de enunciados, os princípios ainda existem. Legalmente, deixaram de existir no arcabouço contábil; ainda assim, sua essência continua a fazer parte do CPC 00 e agora dentro da NBC TSP - EC. Eles continuam sendo observados pela contabilidade, porém, de forma indireta.

Para seu conhecimento, incluiremos a g, a Resolução 750/93:

RESOLUÇÃO CFC Nº 750/93 Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC).

SEÇÃO I O PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

SEÇÃO II O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.
§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

SEÇÃO III O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Parágrafo único Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

Parágrafo único O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico contábil.

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

SEÇÃO IV O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE. Parágrafo único Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada; V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

SEÇÃO V O PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Parágrafo único São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

SEÇÃO VI O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

SEÇÃO VII PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

Art. 11. A inobservância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade constitui infração nas alíneas “c”, “d” e “e” do art. 27 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

Art. 12. Revogada a Resolução CFC nº 530/81, esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1994.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

A Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade está regulamentada na Resolução CFC nº. 1.328/11.

Revisão NBC

O documento Revisão NBC altera, inclui e exclui texto das normas vigentes. Esse documento foi criado pela Resolução CFC nº. 1.548/2018. Assim, a partir de outubro de 2018, as alterações em normas passam a obedecer a esse novo padrão que está resumido abaixo:

Quando a alteração é total, ou seja, dá-se nova redação à norma, a sigla e o número da norma é mantido e a nova redação é identificada pela letra R + o número sequencial.

Quando a alteração é parcial, é editado o documento Revisão NBC e as alterações, inclusões e exclusões são incorporadas às respectivas normas, mantendo a sigla da norma alterada.

Vigência

A vigência encontra-se sempre antes da data e da assinatura da norma, interpretação, comunicado e Revisão NBC.

As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais e Técnicas.

As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional e classificam-se em:

- NBC PG - Geral
- NBC PA - do Auditor Independente
- NBC PP - do Perito Contábil

As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade e classificam-se em:

NBC TG - Geral

- Normas Completas
- Normas Simplificadas para PMEs
- Normas Específicas
- NBC TSP – do Setor Público
- NBC TA – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica
- NBC TR – de Revisão de Informação Contábil Histórica
- NBC TO – de Asseguração de Informação Não Histórica
- NBC TSC – de Serviço Correlato
- NBC TI – de Auditoria Interna
- NBC TP – de Perícia



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PREFEITURA DE TATUÍ-SP – CONTADOR – SUPERIOR – VUNESP – 2019) Considere os dados descritos na sequência referentes ao mês de dezembro 2017:

- Despesa de dezembro/2017 paga em janeiro/2018, no valor de R\$86,00;
- Despesa de janeiro/2018 paga em dezembro/2017, no valor de R\$52,00;
- Despesa de dezembro/2017 paga em dezembro/2017, no valor de R\$100,00;
- Receita de dezembro/2017 recebida em janeiro/2018, no valor de R\$60,00;
- Receita de janeiro/2018 recebida em dezembro/2017, no valor de R\$60,00;
- Receita de dezembro/2017 recebida em dezembro/2018, no valor de R\$74,00.

O resultado do mês de dezembro, conforme os princípios da contabilidade, é

- a) prejuízo de R\$44,00.
- b) prejuízo de R\$52,00.
- c) lucro de R\$60,00.
- d) lucro de R\$48,00.
- e) lucro de R\$24,00.

Resposta: Letra B. Conforme o regime de competência:

- (+) Receita de dezembro/2017 recebida em janeiro/2018, de R\$ 60
- (+) Receita de dezembro/2017 recebida em dezembro/2018, de R\$ 74
- (-) Despesa de dezembro/2017 paga em janeiro/2018, de R\$ 86
- (-) Despesa de dezembro/2017 paga em dezembro/2017, de R\$ 100
- (=) Resultado (R\$ 52)

2. (CÂMARA DE SERTÃOZINHO-SP – CONTADOR – SUPERIOR – VUNESP – 2019) A informação "entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa" corresponde, levando-se em consideração as normas brasileiras de contabilidade, a:

- a) entidade controlada.
- b) mútuo.
- c) operação entre empresas de um mesmo grupo.
- d) entidade coligada.
- e) entidade controladora.

Resposta: Letra D. Uma sociedade é coligada a outra quando uma delas tem uma influência significativa sobre a outra empresa. A lei não estabelece um percentual mínimo, mas ela presume que toda participação acima de 20% é significativa o suficiente para ser considerada automaticamente uma coligada. Mas mesmo percentuais menores de participação podem levar uma empresa a ser considerada coligada a outra: